

**A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO****Daniel Centurion Barrionuevo<sup>1</sup>****Francisco Cristovão Monteiro da Silva<sup>2</sup>****Marco Aurélio Monteiro de Barros Thomé<sup>3</sup>**

**Resumo:** A obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* foi publicada, em 1884, por Friedrich Engels. O principal objetivo deste tratado é demonstrar, por meio de uma análise histórico-materialista e utilizando como base diversos estudos antropológicos de sociedades primitivas, a correspondência entre a transformação da propriedade coletiva em privada, a substituição da comunidade gentílica, baseada no direito materno e na igualdade de seus membros, pela família individual, alicerçada no patriarcado e na monogamia, como unidade econômica da sociedade e o surgimento do Estado com o propósito de conter a luta de classes.

**1. Introdução**

Friedrich Engels, nascido na cidade de Barmen, em 1820, foi um teóricorevolucionário alemão o qual, em parceria com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Filho de um rico industrial alemão, ficou impressionado com a miséria dos trabalhadores das fábricas de sua família. Foi coautor de diversas obras com Marx, como *Manifesto Comunista*. Também ajudou a publicar, após a morte de Marx, os dois últimos volumes de *O Capital*, principal obra de seu amigo e colaborador.

Um ano depois da morte de Marx, partindo das análises apresentadas por Lewis Henry Morgan, Engels elaborou uma ambiciosa aplicação do materialismo histórico para a tentativa de compreensão do desenvolvimento das formas da família, da propriedade e do Estado desde a pré-história e, também, para esboçar as formas previstas de uma futura sociedade socialista.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>3</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Escrito em dois meses e publicado em alemão, em outubro de 1884, em Zurich, na Suíça, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, é uma das mais importantes reflexões teóricas marxistas. Nessa obra, há um diálogo fecundo do materialismo histórico com a antropologia, campo do conhecimento que ainda estava em estado embrionário no século XIX. As poucas fontes que existiam na época consistiam de estudos realizados entre as populações indígenas nos Estados Unidos, principalmente os iroqueses, que habitavam região próxima ao que hoje é Nova Iorque. Conforme mencionado anteriormente, o trabalho de Lewis Morgan foi a principal inspiração e fonte para os conhecimentos de antropologia para Engels na sua análise das formas históricas da “família” na humanidade. Morgan viveu durante muitos anos entre as comunidades indígenas dos Estados Unidos e publicou importantes livros.

## **2. A Evolução da Família e o Surgimento da Propriedade Privada e do Estado**

Engels iniciou sua obra dividindo a história das sociedades humanas em três etapas: Estado Selvagem, Barbárie e Civilização. Cada uma dessas também é dividida em outras três: inferior, médio e superior. O primeiro período, o Estado Selvagem, caracterizou-se pela apropriação dos produtos da natureza, tais como frutos e hortaliças, pelo homem. Durante a sua fase média, houve o início da gens, instituição social constituída por indivíduos consangüíneos e que predominou como a unidade econômica da sociedade até a ascensão da propriedade privada, da família individual monogâmica e da Civilização.

Ademais, a forma do matrimônio praticado dentro das diversas gens sofreu diversas mudanças ao longo do tempo, tendendo sempre à redução da quantidade de membros constituintes e à proibição de relacionamento entre parente. A seguir, serão descritos alguns casos padrões, mas se deve notar que essas mudanças foram graduais, de modo que também existiram famílias “intermediárias” entre as apresentadas.

Supõe-se que a Família Consanguínea foi o primeiro tipo de matrimônio, apesar de não haver registros comprovando a sua existência. Nessa família, vários indivíduos relacionavam-se mutuamente. Como não existiam restrições quanto ao incesto, esses indivíduos também eram parentes, de forma que, por uma questão de proximidade de idades, havia uma tendência de cada geração de irmãos, carnais e colaterais, constituírem uma família, e os filhos destes, também irmãos, constituírem outra, e assim

sucessivamente. Engels, contudo, afirma que também era possível a ocorrência de relação incestuosa entre pais e filhos.

Adveio a proibição do incesto, surgindo então a Família Punualana. Nessa, em geral, um grupo de irmãs, carnis ou colaterais, unia-se com um grupo de maridos que não possuíam quaisquer laços parentais com o primeiro grupo, ou seja, os irmãos não estavam permitidos a casarem com suas irmãs. Analogamente, este grupo de irmãos também se casava com outro grupo de mulheres. Além disso, a paternidade ou maternidade da prole gerada dentro dessas famílias era comum a todos os seus membros, ou seja, o filho de uma irmã também era considerado um filho pelas outras irmãs.

A última forma de matrimônio registrada nas gens foi a Família Sindiásmica, a qual era adotada pelos povos iroqueses estabelecidos nos Estados Unidos. Neste modelo de família, cada homem possuía a sua principal cônjuge, sendo, entretanto, permitido a ele praticar o adultério, enquanto as mulheres deviam se manter estritamente fiéis ao seu parceiro. Apesar disso, a dissolução do vínculo matrimonial era permitida e poderia ser realizada após a manifestação da vontade de qualquer um dos cônjuges.

Por motivos biológicos, não era possível definir, com certeza, quem realmente era o pai de cada criança. Desse fato, decorre que as regras da filiação e da herança eram baseadas no direito materno, ou seja, considerava-se apenas a linhagem materna para definir o núcleo de cada família e como se dariam os processos hereditários. Diante disso, a mulher ocupava uma posição de destaque dentro das gens. Engels descreve, por exemplo, que, nas tribos iroquesas, as matriarcas eram muito respeitadas e podiam até mesmo destituir chefes militares. As mulheres eram responsáveis pela administração doméstica, a qual era uma atividade que, até esse momento histórico, era tão ou mais valorizada do que a função reservada aos homens, que consistia em coletar alimentos, caçar animais e participar das eventuais guerras.

O germe da destruição da gens e do direito materno teve origens nos povos pastores durante o período da Barbárie. Devido à escassez de alimentos nas estepes, os povos que a ocuparam tiveram que, para garantir a sua subsistência, praticar a criação de gado, aproveitando-se de sua carne e leite. A agricultura também foi desenvolvida; inicialmente para prover alimentos para o gado, posteriormente para os próprios homens. Concomitantemente, novas ferramentas, tecnologias e procedimentos foram desenvolvidos e aprimorados, atribuindo um maior valor para o trabalho humano. Iniciara-se a divisão e especialização do trabalho e da mão de obra humana.

A primeira consequência dessa revolução econômica foi o fim do matriarcado e o início do patriarcado. Conforme explicado, o homem era o responsável pelas atividades exercidas fora do âmbito do lar, ligadas à produção de alimentos, logo, considerava-se que os rebanhos e as ferramentas desenvolvidas eram sua propriedade. Desse modo, surgiu a primeira diferenciação de classes da história: entre mulheres e homens. Estes, por possuírem mais riquezas, logo trataram de mudar as regras da filiação e da herança, substituindo o direito materno pelo direito paterno, garantindo, desse modo, que seus filhos herdariam suas riquezas. A Família Sindiásmica também foi lentamente dando lugar à Família Monogâmica. Nesse novo arranjo familiar, a dissolução do casamento não era permitida e da mulher exigia-se total fidelidade ao seu marido. Já, para este, era tolerado ou até vangloriado o adultério e o heterismo. No transcorrer dessas mudanças, as mulheres perderam o seu destaque de outrora e passaram viver sob um regime de opressão. O ápice desse fenômeno pode ser observado na Atenas dos tempos clássicos, na qual o homem detinha o direito de vida de sua mulher, e, para esta, restava um papel secundário na sociedade.

Outra consequência importante decorreu da valorização do trabalho humano. Como o valor gerado pelo trabalho de um homem passou a ser superior ao que era necessário para sua sobrevivência, a mão-de-obra humana tornou-se um produto valioso. Logo, passou-se a fazer uso da mão-de-obra escrava, dando início ao sistema de produção escravista. Também em consequência disso, campanhas militares foram realizadas para subjugar povos vizinhos e obter escravos. Importante, nesse aspecto, reparar na diferença de tratamento que era dada aos prisioneiros de guerra do período do comunismo primitivo: ou eram mortos, ou tornavam-se parte da gens.

A terra, estabelecida como propriedade coletiva no regime da gens, mas, ao mesmo tempo, necessária para a criação de gados e para o cultivo de alimentos, tornava-se cada vez mais disputada e valiosa. Assim, gradualmente, a terra deixou de ser coletiva para se tornar propriedade privada. Formava-se, assim, uma nobreza dentro das gens, encerrando a igualdade material que existia entre seus membros. Por fim, após a destruição do regime gentilício, o Estado foi implantado em seu lugar, com o propósito de conter os possíveis conflitos entre classe oprimida e opressora e, assim, manter o domínio desta.

O processo descrito acima consiste na ideia geral, proposta pelo livro em estudo, de transição das sociedades primitivas, igualitárias e gentilícias para sociedades baseadas na propriedade privada e a família individual. No livro, Engels também forneceu alguns

dados históricos e antropológicos de povos para corroborar sua tese. Entre os povos estudados, Engels concentrou sua atenção nos iroqueses, nos antigos gregos, romanos e germanos. A seguir, estão brevemente descritas as gens e a sociedade de cada uma dessas civilizações.

### 3. A Gens Iroquesa

Os iroqueses, em especial a tribo dos Senekas, dividiam-se em oito gens: lobo, urso, tartaruga, castor, cervo, narceja, garça e falcão. Em cada uma dessas gens, ocorriam os seguintes costumes: (1) eram eleitos o sachem e o caudilho (dirigente em tempo de paz e chefe militar respectivamente); (2) a gens podia depor à sua vontade o sachem e o caudilho e também o conselho da tribo podia depor o Sachem mesmo contra a vontade da gens; (3) nenhum membro da gens tinha o direito a casar-se no seio dela, ou seja, era vetado o casamento entre seus membros; (4) a propriedade dos que faleciam passava aos demais membros da gens, pois não deveria sair desta, e a herança era dividida entre os parentes gentílicos mais próximos, seguindo determinadas regras: entre seus irmãos e irmãs carnais, e o irmão de sua mãe, se o defunto era homem; e, se era mulher, entre seus filhos e irmãs carnais, excluindo os irmãos da falecida; desse modo, o marido e a mulher não podiam herdar um do outro, nem os filhos poderiam herdar do pai; (5) os membros das gens deviam-se mutuamente ajuda e proteção, sobretudo auxílio para vingar injúrias feitas por estranhos; (6) as gens possuíam nomes característicos, ou uma série de nomes, que somente ela, em toda a tribo, tinha o direito de usar, de maneira que o nome de um indivíduo indicava imediatamente a gens a qual ele pertencia; (7) as gens podiam adotar estranhos (prisioneiros de guerra), admitindo-os após cerimônia solene e a pedido individual de algum membro da gens (se este membro fosse homem, era tido como irmão ou irmã; se fosse mulher, era tido como filho ou filha); (8) nas seis festas anuais dos iroqueses, os sachens e os caudilhos militares, por força mesmo de seus cargos, eram incluídos entre os “guardiões da fé” e exerciam funções sacerdotais; (9) as gens possuíam um lugar comum para enterrar seus mortos; (10) as gens possuíam um conselho, a assembleia democrática de seus membros adultos, composta por homens e mulheres, todos com o mesmo direito de voto.

Nota-se, ao analisar essas características, uma estrutura democrática, em que cada membro possuía capacidade de expressar sua vontade, e a supremacia dos bens públicos sobre os bens privados, do interesse coletivo sobre o individual. Parafraseando

a obra de Engels, os iroqueses “*são todos indivíduos livres, cada um é obrigado a defender a liberdade dos outros; possuem os mesmos direitos pessoais; nem os sachens nem os chefes militares pretendem ter qualquer espécie de preeminência; formam, no conjunto, uma coletividade fraternal, unida pelos vínculos de sangue, liberdade, igualdade e fraternidade, esses são, embora nunca formulados, os princípios cardiais das gens, e esta última é por sua vez a unidade de todo um sistema social, a base da sociedade indígena organizada.*”

#### **4. A Gens Grega e a formação do Estado Ateniense**

Nos tempos da pré-história, os gregos estavam constituídos em séries orgânicas idênticas às dos americanos: gens, fatrias, tribos, confederação de tribos. A gens dos gregos já não era, de modo algum, a gens arcaica dos iroqueses: o quadro de matrimônio por grupos havia sido diluído notavelmente e o direito materno havia cedido lugar ao direito paterno. Uma curiosidade é que uma rica herdeira, ao casar-se, passava toda sua fortuna ao seu marido, ou seja, a uma outra gens. Entre as gens gregas, a riqueza já era valorizada e respeitada como bem supremo e, gradualmente, as antigas instituições das gens passaram a ser pervertidas para justificar a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Essas características demonstram que os gregos já estavam em um estágio “mais avançado” em relação aos iroqueses no que tange a divisão de classes, a desintegração das gens e a supremacia do direito hereditário paterno. Engels concentrou seus esforços em Atenas, cidade-estado que é tida como o melhor lugar para observar o desenvolvimento do Estado, com a substituição dos órgãos gentílicos por novos órgãos, até o surgimento dos poderes realmente governamentais.

Primordialmente, as gens atenienses primitivas uniam-se em torno de: (1) solenidade religiosa comum, em adoração a um determinado deus; (2) um lugar comum para enterrar os mortos; (3) mútuo direito de herança; (4) obrigação recíproca de prestação de socorro, defesa e apoio contra a violência; (5) direito e dever recíproco de casar, no caso de órfãs e herdeiras, dentro das gens; (6) posse, ao menos em certos casos, de uma propriedade comum, com um magistrado e tesoureiro próprio; (7) direitos e deveres recíprocos em relação a ritos religiosos e até mesmo de perseguir homicida em casa de assassinato de um membro da fratria; (8) um chefe que era eleito pelos nobres, o qual tinha a responsabilidade de presidir periodicamente as cerimônias sacras às fatrias da tribo; (9) descendência paterna; (10) proibição do matrimônio dentro das

gens, exceto no caso de herdeiras e órfãs;(11) o direito de adoção na gens, exercido pela família, mas com formalidade pública, e somente em casos excepcionais; (12) direito de eleger e depor os chefes.

Em determinada época, nas gens atenienses, a terra já era repartida e considerada propriedades privada, o comércio estava bem desenvolvido e havia intensa produção de vinho, azeite e cereais. Como consequência da compra e venda da terra e da crescente divisão do trabalho entre a agricultura, os ofícios manuais, o comércio e a navegação, gerou-se uma verdadeira confusão na identificação dos membros das gens, fratrias e tribos. Isso desequilibrou a organização gentílica, tornando necessária a sua modificação, adotando-se, em consequência, uma administração central em Atenas. Os assuntos, que outrora eram particulares de cada tribo, passaram a ter um caráter público de interesse comum a todos, que se dava em um conselho geral que tinha sua sede em Atenas. Simples tribos vizinhas passaram a ser um único povo. Adicionalmente, dividiu-se a população em três novas classes: eupátridas (nobres), geômeros (agricultores) e demiurgos (artesãos) Esta divisão não trouxe consigo qualquer outro efeito relevante senão o de que somente os nobres é quem poderiam exercer as funções públicas. Em conclusão, a criação do Estado Ateniense trouxe consigo a eliminação das tradições gentílicas e diferenciação entre as classes, que, devido às posições que ocupavam, foram privilegiadas em relação às outras, e esse privilégio tornou-se hereditário, onde o mais importante era posição e riqueza.

## 5. A Gens Romana

Historicamente falando, a gens romana era idêntica à gens grega, portanto, é possível ser mais sucinto em sua análise.

Nos primeiros tempos como cidade, a gens romana tinha a seguinte constituição: (1) entre os gentílicos, o direito de herança era recíproco; (2) existia um lugar coletivo para os mortos, como uma espécie de cemitério; (3) havia solenidades comuns para atividades religiosas; (4) existia a obrigação de não contrair matrimônio dentro da própria gens, com o objetivo de restringir o direito de herança; (5) compartilhamento do solo entre a tribo, a gens e em casas, que dificilmente seriam de tribos individuais; (6) obrigação dos membros da gens em se ajudar e se socorrer em condições de dificuldade; (7) direito de utilizar o nome gentílico de seus antigos senhores; (8) direito de adotar estranhos na gens; (9) direito de depor e eleger seu líder.

A população do território de Roma cresceu de acordo com as conquistas territoriais e consequente imigração e integração das regiões submetidas. Este crescimento populacional gradativamente converteu-se em poderio militar. Surgiram os grandes proprietários de dinheiro e terras em substituição à nobreza, mas que abriram caminho para o posterior domínio dos bárbaros germânicos. O processo de substituição do regime das gens pelo Estado dividido em territórios e classes sociais ocorreu de forma análoga aos gregos.

## **6. A Gens dos Germanos e dos Celtas**

Do ponto de vista histórico, é fato que os germanos estavam organizados em gens durante o processo de migração dos povos. Esta constituição deu origem à obrigação de herdar os amigos e inimigos dos parentes, inclusive com vingança de sangue por lesão corporal ou homicídio.

O cultivo de terras era realizado por famílias inteiras, onde cada uma tinha cinco acres de terra. Também o cultivo poderia ser realizado em uma área comum e repartida a colheita resultante. As gens irlandesas eram consideradas propriedades privadas dos líderes, apesar das tentativas de transformá-las em domínios do Rei da Inglaterra.

Os germanos não estavam estabelecidos em povoados, mas em grandes comunidades familiares, e que cultivavam terras de acordo com o número de seus membros. Sua constituição corresponde à fase superior da barbárie, onde os chefes distinguem-se dos caudilhos militares. Quando o regime gentílico acabou, o Estado tomou o seu lugar.

A população dos germanos já era historicamente bem numerosa, e, desde que fixaram residência definitiva na Germânia, a população crescera ainda mais rapidamente. Objetos históricos do século III comprovam que existia um comércio ativo com o império romano e queera possível verificar que existia forte desigualdade entre a população. Com o aumento da população, começou fortemente a ofensiva germana por expansão territorial, o que contribuiu para o processo de derrocada do Império Romano.

## **7. Queda do Império Romano e a Transição do Escravismo para o Feudalismo**

Outro ponto importante destacado na obra é como a forma de organização familiar da sociedade europeia foi alterada durante o período de transição da Idade

Antiga para a Idade Média e como isso foi responsável pelo rejuvenescimento da Europa. No fim da Idade Antiga, as condições sociais eram preocupantes, pois o império romano explorava fortemente as províncias conquistadas. Quanto mais o império decaía, maiores eram as taxas, impostos e extorsões praticadas pelos funcionários do Estado. A pobreza era geral, e a decadência das cidades era mais um indicador importante da decadência do Império Romano. Com o passar do tempo, o desejo da população de pertencer ao Império Romano transformou-se em uma vontade completamente oposta, pois ele tornou-se um Estado opressor. Neste contexto, os bárbaros invasores passaram a ser considerados como salvadores.

O trabalho escravo em grandes latifúndios entrou em declínio, e passou a ser substituído por um formato onde pequenos lotes de terra eram entregues a arrendatários hereditários, mas com subordinação às dívidas decorrentes do processo. Esta posição inferior pode ser considerada o início da servidão medieval. A escravidão tornou-se inviável e o trabalho para os homens livres não era considerado como uma opção, mas com o declínio do Império Romano e a ascensão bárbara gradativamente promoveram estas mudanças.

Esse fenômeno ocorreu devido às invasões bárbaras sobre o território do Império Romano, o que resultou na fusão da cultura germânica com a dos romanos. Engels descreveu o povo germano como tendo características familiares muito próximas às estudadas nos povos iroqueses, no qual a unidade econômica primitiva não é a família isolada, mas sim a comunidade familiar, composta por diversas gerações e suas respectivas famílias. Na época das invasões, o Império Romano encontrava-se assolado pela corrupção de suas instituições públicas e pela crise de seu sistema de produção escravista. Do outro lado da Europa, os germanos ainda viviam sob a ordem de seus costumes primitivos e bárbaros. Engels, em certo trecho de sua obra, descreve que “*sua capacidade e valentia pessoais, seu amor à liberdade e seu instinto democrático, que via nos assuntos públicos um assunto de cada um, em uma palavra, todas as qualidades que os romanos haviam perdido, as únicas com as quais seria possível formar, da lama do mundo romano, novos Estados e novas nacionalidades, eram apenas os traços característicos dos bárbaros da fase superior da barbárie, os frutos da sua constituição gentílica*”. A preservação de certas características do regime da gens, durante o período do feudalismo, permitiu que os servos camponeses, mesmo nos mais opressivos regimes de servidão, obtivessem liberdades e proteções não existentes para os escravos. Enquanto os escravos eram uma mera posse de seus proprietários e sua liberdade apenas

poderia ser adquirida por meio de uma alforria, havia uma relação contratual entre servo e senhor feudal, na qual, enquanto este fornecia proteção e serviços militares, aquele, em troca, realizava o cultivo de alimentos. Mesmo sendo um contrato extremamente desigual, já havia um avanço comparado à simples relação de posse entre proprietário e escravo. Essa nova forma de relacionamento entre classe exploradora e explorada permitiu que, para esta, fosse possível buscar novos meios e instrumentos para libertar-se do jugo de seu opressor.

## **8. Futuro da Sociedade**

Engels também afirmou que, com a evolução da sociedade para um sistema comunista de produção, a própria família individual predominante no sistema capitalista deixaria de ser a unidade econômica social, dando lugar novamente à comunidade familiar. Considerando que sua obra foi escrita há mais de 130 anos, é notável que atualmente vive-se, no mundo Ocidental, em um momento de declínio da família monogâmica clássica. Houve consideráveis mudanças nos costumes ocidentais e, conseqüentemente, na estrutura familiar. O movimento feminista, por exemplo, conseguiu conquistar uma maior liberdade e autonomia financeira para as mulheres ocidentais, além de ter reduzido consideravelmente o machismo presente na sociedade. Por exemplo, o direito hereditário atual considera tanto o lado paterno quanto o materno; as mulheres não são mais forçadas (ao menos no Ocidente) a casar por ordens de seu pai, entre outros progressos. A imagem da mulher como uma mera dona de casa e cuja tarefa principal é gerar filhos e deles cuidar está, gradualmente, sendo demolida.

Ademais, além dos resultados alcançados por movimentos feministas, acreditamos que o declínio da família monogâmica também está relacionado com as próprias mudanças ocorridas no sistema capitalista. É inegável que, do período em que Marx e Engels viveram até agora, houve grandes mudanças nas sociedades capitalistas, as quais deixaram de ser compostas primordialmente por capitalistas e operários, e passaram a incluir uma vasta gama de novos profissionais, muitos deles bem remunerados, tais como médicos, advogados, engenheiros, administradores, professores, entre outros. Ou seja, a classe média, composta por esses profissionais, expandiu-se e tornou-se a classe social majoritária em todos os países desenvolvidos e em uma considerável parcela dos países em desenvolvimento. Logo, houve um grande processo de inclusão social nos países ocidentais (e ocidentalizados), e juntamente com esse

fenômeno, veio o acesso de suas populações à educação, à informação e a mais oportunidades profissionais. Diante desse novo cenário, essa classe média, que passou a valorizar a formação acadêmica e a construção de uma carreira profissional em detrimento da formação de uma família, casa-se cada vez menos e, quando casa, cada vez mais tarde. Enquanto isso, novas formas de relacionamento ascendem no Ocidente e tornam-se cada vez mais comuns, tais como a poligamia, a poliandria e, em termos mais gerais, os poli-relacionamentos, podendo envolver vários homens e mulheres. Também se poderia chegar a um cenário em que não haveria mais relações matrimoniais, tal como na República de Platão. Ou quem sabe se desenvolverá uma estrutura familiar parecida com a que é descrito em *A Ilha* de Aldous Huxley.

Assim, em face dessa reflexão, surge um questionamento: essas graduais mudanças na estrutura familiar seriam um sinal de que o Ocidente caminha, mesmo que lentamente, para um sistema comunista de produção? Além disso, caso esse processo leve à volta do antigo regime das gens, o Estado Nacional, tal como conhecemos, continuará existindo ou se desfragmentará, formando-se em seu lugar as gens?

## 9. Conclusão

A motivação de Engels ao escrever *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* foi, com certeza, bastante ambiciosa, dado que se buscou unir o materialismo histórico, até então desenvolvido por Marx e Engels, e cuja análise focava principalmente na descrição do capitalismo e em seu conflito de classes, com as descobertas de antropólogos do século XIX. Ampliou, desse modo, o escopo do materialismo histórico, cujas teorias passaram a abranger todos os períodos da humanidade, desde o comunismo primitivo da pré-história até a nascente sociedade industrial capitalista de sua época.

No entendimento dos autores deste artigo, há três itens essencialmente importantes nessa obra, os quais estão expressos em seu próprio título: a origem da família, a origem da propriedade privada e a origem do Estado. A descrição origem da família monogâmica tradicional, caracterizada pela dominação do homem sobre a mulher, talvez seja o ponto mais importante e inovador dessa obra e o mais relacionado às pesquisas antropológicas de Morgan. Em certo trecho, afirma-se que a primeira diferenciação de classes da história humana foi entre homens e mulheres. Estas, que, durante o período do regime das gens e do comunismo primitivo, eram respeitadas e

tinham poder dentro de suas comunidades, pois lidavam com a administração doméstica, o que até então era uma atividade valorizada, foram subjugadas gradualmente após o desenvolvimento das atividades agropecuárias, as quais eram reservadas aos homens e que lhes garantiram, para que mantivessem seus bens acumulados, a transição de uma sociedade baseado no direito hereditário materno para um modelo patrilinear. Isso, portanto, marcou o fim do matriarcado e a ascensão do patriarcado nas antigas civilizações.

Em nossa opinião, os movimentos marxistas que predominaram após a morte de Marx e que contribuíram para a eclosão da Revolução de 1917 na Rússia e a implantação do socialismo aparentemente deixaram de lado esse aspecto do pensamento marxista, focando essencialmente na relação entre burguesia e proletariado e na análise econômica do capitalismo. Pensamento semelhante, que proponha um estudo que vá além das simples relações econômicas e encare os próprios aspectos culturais e morais e de uma sociedade, só voltou a ser destacada por movimentos de esquerda do século XX, como a Escola de Frankfurt e, posteriormente, os diversos movimentos pós-modernistas identitários, tal como o próprio movimento feminista e suas diversas ramificações.

A origem da propriedade privada, outro ponto importante, também decorreu do mesmo processo de acumulação de bens decorrido da valorização das atividades agropecuárias. Além disso, o Estado, de acordo com Engels, seria a instituição responsável por consolidar e normalizar as opressivas relações de classes desenvolvidas após a queda do regime gentílico. Fica nítido, portanto, como esses três elementos (família, propriedade privada e Estado) estão imbricados com o desenvolvimento da diferenciação por classes e com a evolução da sociedade até o atual modelo capitalista.

Por fim, cabe também uma crítica negativa à obra de Engels, pois é provável que haja uma considerável desatualização das fontes científicas e antropológicas da obra. Decorrido mais de um século após a divulgação desse livro, muitos avanços foram realizados na antropologia, logo, provavelmente há algumas informações imprecisas ou incorretas contidas ao longo da obra. Contudo, isso não é suficiente para desmerecer a ideia primordial por trás desse tratado, relacionando os três elementos destacados em seu título.